

Por Moara Semeghini

MP pede que Estado e Município reduzam fila de 4,6 mil cirurgias em Campinas

Ação civil ajuizada pede plano emergencial conjunto em até 45 dias

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) ingressou na Justiça com uma ação civil pública que pede medidas urgentes para reduzir a fila de cirurgias ortopédicas no SUS (Sistema Único de Saúde) em Campinas. Na ação, o promotor Daniel Zulian solicita que o município e o Estado apresentem, em até 45 dias, um plano emergencial conjunto para reorganizar o atendimento, ampliar a oferta de procedimentos e estabelecer um cronograma de redução da demanda reprimida.

O pedido de liminar também prevê a criação de um prazo máximo de até 20 meses para novos pacientes na fila, além da implantação de um sistema de transparência com atualização periódica dos dados e envio de relatórios trimestrais sobre a evolução dos atendimentos.

Segundo o MPSP, a ação foi motivada pelo avanço da demanda reprimida na cidade. Dados reunidos em inquérito civil apontam que a fila de espera por cirurgias ortopédicas saltou de 3.629 pacientes, em setembro de 2023, para 4.622 em abril de 2026. Há registros de pacientes aguardando desde 2014, o que, na avaliação da Promotora, configura uma “falha sistêmica na prestação do serviço público de saúde”.

No mérito, o Ministério Público pede que sejam adotadas medidas estruturais permanentes, como ampliação da produção cirúrgica, aumento da oferta de vagas e monitoramento judicial do cumprimento das metas.

PREFEITURA CULPA REPASSES FEDERAIS, MAS DADOS CONTESTAM ARGUMENTO

Em reação à iniciativa do Ministério Público, a Prefeitura de Campinas anunciou que vai ingressar com uma ação na Justiça contra o Governo Federal para exigir a atualização da Tabela SUS Nacional. Conduzida pelo prefeito Dário Saadi, a administração municipal alega que Campinas arca sozinha com 71,27% dos recursos aplicados na saúde pública local, enquanto a União contribuiria com apenas 22,04%. O Contraponto: O argumento de subfinanciamento por parte da União é fortemente contestado por dados oficiais. Conforme reportagem do Correio da Manhã, o Ministério da Saúde rebateu as declarações da administração municipal e garantiu que não houve qualquer redução na participação federal.



Interior do Hospital Mário Gatti: MP ingressou na Justiça com uma ação civil pública por medidas urgentes para reduzir a fila de cirurgias ortopédicas no SUS

Pelo contrário, segundo o ministério, os investimentos da União em Campinas cresceram 16,2% em relação a 2021, atingindo o recorde de R\$ 529,3 milhões em 2025. Desse total, o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), que financia justamente procedimentos como as cirurgias ortopédicas, alcançou R\$ 311 milhões, valor 11,3% maior do que em 2022.

O PANO DE FUNDO POLÍTICO

O posicionamento do Ministério da Saúde também joga luz sobre a estratégia política da crise. A insistência do prefeito Dário Saadi (Republicanos) em responsabilizar publicamente o governo federal (comandado pelo PT, partido de oposição à sua gestão) contrasta com a blindagem conferida ao governo do Estado, gerido por Tarcísio de Freitas, que é do seu mesmo partido (Republicanos). Enquanto o município poupa o aliado estadual de cobranças públicas _ mesmo o Estado ten-

do a menor participação no financiamento da saúde local (4,11%) _ centraliza os ataques na União, que ironicamente atendeu e habilitou tecnicamente 100% dos pedidos e projetos enviados por Campinas.

AUTONOMIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Segundo a pasta federal, os repasses cresceram continuamente entre 2021 e 2025, tanto na modalidade fundo a fundo quanto no teto MAC. O ministério enfatizou que os recursos são transferidos diretamente ao Fundo Municipal de Saúde, ou seja: cabe única e exclusivamente à gestão local definir a aplicação e o planejamento dessas verbas para reduzir as filas. Os valores enviados, inclusive, já cobrem o fato de Campinas ser uma cidade-polo que absorve pacientes da região.

Além disso, segundo o ministério: as Equipes de Consultório na Rua cresceram 50%, enquanto as Equipes de Saúde da Família avançaram 21,6%.

O número de profissionais residentes mais que dobrou, com aumento de 119,4%; na área de investimentos, o governo federal prevê aporte de R\$ 11,8 milhões por meio do Novo PAC Saúde para a construção de unidades básicas no município; estão em andamento projetos para três novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O Ministério da Saúde informou ainda que todos os pedidos apresentados pela Prefeitura de Campinas foram considerados habilitados, o que indica aprovação técnica e possibilidade de execução.

A Prefeitura justificou o tamanho da fila alegando sobrecarga provocada por atendimentos de urgência e emergência vindos de traumas e acidentes de trânsito, além do fato de que entre 20% e 25% dos pacientes atendidos são moradores de outras cidades da região.

ESTADO DESTACA INVESTIMENTOS E AFIRMA QUE GESTÃO DA FILA É DO MUNICÍPIO

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) informou que tem atuado continuamente para apoiar a região e expandir a capacidade hospitalar. O órgão destacou que, no último ano, a região de Campinas registrou 115 mil cirurgias eletivas, impulsionadas pelo programa estadual Tabela SUS Paulista, que complementa repasses federais a hospitais filantrópicos. Até março de 2026, mais de R\$ 768,5 milhões foram destinados a 104 unidades da região.

A pasta estadual, contudo, delimitou as responsabilidades institucionais pelo problema apontado pelo MP e jogou a responsabilidade de volta para o prefeito: a SES ressaltou que a organização das filas municipais, a gestão dos serviços próprios e a definição da oferta local cabem exclusivamente ao município, conforme as regras do SUS.

FICC abre inscrições com R\$ 3,3 mi para projetos culturais

Da Redação

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campinas divulgou o edital do Fundo de Investimentos Culturais de Campinas (FICC) 2026. O programa prevê a destinação de R\$ 3.330.000,00 para o financiamento de projetos culturais no município, com estimativa de contemplar cerca de 90 iniciativas em diferen-

tes áreas artísticas.

As inscrições serão realizadas entre 1º e 31 de julho de 2026, exclusivamente pelo portal da Prefeitura, na área de editais da Secretaria de Cultura e Turismo, no endereço: campinas.sp.gov.br/secretaria/cultura-e-turismo/pagina/editais.

O edital abrange uma ampla diversidade de segmentos, incluindo artes cênicas,

dança, artes visuais, audiovisual, fotografia, artesanato, manifestações populares, biblioteca, arquivo, literatura, música, museu, patrimônio histórico e cultural, estudo e pesquisa, formação e multilinguagens.

PARTICIPANTES

Podem participar pessoas físicas e jurídicas residentes ou sediadas em Campinas há,

no mínimo, dois anos, desde que comprovem atuação na área cultural.

Cada proponente poderá inscrever até dois projetos, desde que sejam em áreas diferentes, porém apenas um projeto poderá ser contemplado. Os projetos aprovados deverão ser executados até junho de 2027, com possibilidade de prorrogação.

O edital também prevê a

atuação de mediadores culturais para orientar os interessados durante o processo de inscrição. A relação com datas, horários e locais de atendimento será divulgada no portal da Secretaria de Cultura e Turismo.

A documentação exigida deverá ser enviada em formato PDF, e o envio será confirmado por e-mail com o número de inscrição.